**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO- GRANDENSE - CÂMPUS PASSO FUNDO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**MARIA ECLEIA FORNARI**

**O Movimento Negro Unificado e a Batalha pela Equidade Racial no Brasil**.

**PASSO FUNDO**

**2024**

**MARIA ECLEIA FORNARI**

**O Movimento Negro Unificado e a Batalha pela Equidade Racial no Brasil**.

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Especialização em Gestão na educação Básica do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Passo Fundo, como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Metodologia de Pesquisa.

Orientador (a): Dr. Mateus da Fonseca Capssa Lima

**PASSO FUNDO**

**2024**

**SUMÁRIO**

1. [**TEMA** 6](#_heading=h.gjdgxs)
	1. [**Delimitação do tema** 6](#_heading=h.30j0zll)
2. [**PROBLEMA** 6](#_heading=h.1fob9te)
3. [**HIPÓTESE(S)** 6](#_heading=h.17dp8vu)
4. [**OBJETIVOS** 6](#_heading=h.3znysh7)
	1. [**Objetivo geral** 6](#_heading=h.2et92p0)
	2. [**Objetivos específicos** 7](#_heading=h.tyjcwt)
5. [**JUSTIFICATIVA(S)** 7](#_heading=h.3rdcrjn)
6. [**REFERENCIAL TEÓRICO** 7](#_heading=h.3dy6vkm)
7. [**METODOLOGIA** 7](#_heading=h.1t3h5sf)
8. [**CRONOGRAMA** 7](#_heading=h.4d34og8)
9. [**REFERÊNCIAS** 8](#_heading=h.2s8eyo1)

[**APÊNDICES** 10](#_heading=h.26in1rg)

[**ANEXOS** 11](#_heading=h.lnxbz9)

1. **TEMA**

O Movimento Negro Unificado e a Batalha pela Equidade Racial no Brasil.

1. **PROBLEMA**

Em que medida o Movimento Negro Unificado (MNU) conseguiu influenciar o debate e a formulação da legislação e das políticas públicas da educação para a equidade racial em especial no contexto da Constituição de 1988?

1. **OBJETIVOS**

 3.1 Objetivo geral

 Analisar as estratégias e impactos das ações do Movimento Negro Unificado na defesa de políticas educacionais inclusivas durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, com ênfase no impacto dessas ações na construção de uma educação voltada para a igualdade racial no Brasil.

 3.2 Objetivos específicos

* Examina os principais documentos e manifestos produzidos pelo Movimento Negro Unificado (MNU) durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.
* Avaliar o impacto das ações do MNU nas políticas educacionais implementadas após 1988, identificando avanços e desafios na promoção da igualdade racial na educação.
* Identificar e discutir as práticas educativas resultantes das lutas do MNU, que promovam o respeito e a valorização da diversidade racial e cultural nas escolas brasileiras.
1. **JUSTIFICATIVA(S)**

Fundamenta-se pelos fatos citados, a necessidade de rever e reconhecer as contribuições do MNU na história recente brasileira, especialmente no contexto da educação para a igualdade racial. Compreender o papel do MNU é essencial para avaliar como as iniciativas deste movimento influenciaram o debate público e as políticas educacionais, como a implementação de leis que promovem a educação anti-racista nas escolas

O estudo deste tema contribui para uma maior consciência da importância da igualdade racial como um direito humano e social, incentivando a reflexão sobre como as políticas públicas e a educação podem ser mais eficazes no combate ao racismo. Desta forma, a análise do Movimento Negro Unificado e da sua luta pela igualdade racial proporciona uma valiosa oportunidade para discutir e propor caminhos para uma sociedade mais justa e inclusiva.

1. **REFERENCIAL TEÓRICO**

A formulação desta pesquisa será baseada nos seguintes obras: Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC de Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira; Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas de Ennio Brauns, Gevanilda Santos e José Adão de Oliveira; O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação de Lino Nilma Gomes; Cultura, educação e ensino de história. Combate ao racismo: narrativas sobre a lei 10.639/03 de João Heitor Silva Macedo.

Verena Alberti é historiadora e pesquisadora, com uma carreira dedicada ao estudo da memória e da história oral no Brasil. Alberti é conhecida por seu trabalho meticuloso em preservar e analisar os depoimentos de protagonistas desses movimentos, ajudando a construir uma narrativa detalhada e multifacetada sobre a luta contra o racismo no Brasil. Conforme ALBERTI, (2007, p. 45):

"O Movimento Negro Unificado (MNU) teve um papel fundamental na mobilização da sociedade brasileira para as questões raciais, contribuindo para a consolidação de uma consciência negra coletiva e para a articulação de reivindicações que demandavam políticas públicas específicas para a população negra."

O Movimento Negro Unificado (MNU) desempenhou, de fato, um papel essencial na história do Brasil ao destacar questões raciais que por muito tempo foram marginalizadas no debate público. As ações do MNU têm sido fundamentais para a construção de uma consciência negra coletiva, unindo vozes em torno de uma identidade racial e cultural que tem resistido às tentativas históricas de apagá-la.

Ao mobilizar a sociedade em torno de questões específicas, a MNU não só deu visibilidade às injustiças sofridas pela população negra, mas também pressionou o Estado brasileiro a reconhecer e agir em favor da igualdade racial.

O Movimento Negro Unificado (MNU) é um dos principais palcos da luta contra o racismo e pela igualdade racial no Brasil. Fundado em 1978, o objetivo central do MNU era combater a discriminação racial e promover a igualdade de direitos para a população negra. "A história do Movimento Negro Unificado reflete a luta contínua contra a discriminação racial e a desigualdade social, e sua atuação foi crucial para pressionar o Estado brasileiro a reconhecer a importância da promoção da equidade racial." (ALBERTI, 2007, p. 62).

Amilcar Araujo Pereira é professor e historiador, especializado em história da educação e dos movimentos sociais, com foco na história do movimento negro no Brasil. Pereira tem uma vasta produção acadêmica que aborda o papel dos movimentos negros na luta por direitos civis e na construção de políticas educacionais voltadas para a promoção da igualdade racial. Ele também é conhecido por seu trabalho na organização e edição de obras que documentam a história dos movimentos sociais, como a coletânea de depoimentos do CPDOC. Conforme PEREIRA, (2007, p. 89):

"O MNU não apenas trouxe à tona a necessidade de políticas afirmativas, mas também influenciou o debate sobre o papel da educação na promoção da igualdade racial, destacando a urgência de uma reforma educacional que contemplasse a história e a cultura afro-brasileira."

Enfatizando a necessidade de políticas positivas, a MNU desempenhou um papel pioneiro ao colocar a urgência do combate às desigualdades raciais através de ações concretas no centro do debate público. O impacto da MNU foi além das necessidades imediatas; O movimento também aumentou a compreensão de como a educação poderia ser uma ferramenta poderosa para promover a igualdade racial. A ênfase na reforma educacional, incluindo a história e a cultura afro-brasileiras, fala da visão ampla do MNU, que entendia que a transformação social requer mudanças nas bases estruturais da sociedade. Ao insistir na inclusão destes temas nos currículos escolares, o MNU contribuiu para criar uma geração mais consciente das contribuições e lutas da população negra, ajudando assim a quebrar estereótipos e preconceitos arraigados.

Essa visão transformadora destaca a importância do movimento na articulação de um novo paradigma educacional que reconheça e valorize a diversidade cultural e histórica do Brasil e que continue sendo importante na luta por um país mais justo e inclusivo. "O MNU não apenas trouxe à tona a necessidade de políticas afirmativas, mas também influenciou o debate sobre o papel da educação na promoção da igualdade racial, destacando a urgência de uma reforma educacional que contemplasse a história e a cultura afro-brasileira." (PEREIRA, 2007, p. 89).

Ennio Brauns é um acadêmico e pesquisador brasileiro conhecido por seu trabalho na área de estudos sociais e antropológicos, com foco na questão racial e no movimento negro no Brasil. Brauns é conhecido por sua análise crítica e suas contribuições para a compreensão do papel dos movimentos sociais na promoção da justiça racial e social. Seu trabalho é significativo para a pesquisa acadêmica sobre questões de raça e política no Brasil. Segundo BRAUNS ( 2000, p. 34):

"A articulação política do Movimento Negro Unificado foi fundamental para a criação de um espaço de diálogo e resistência, que permitiu a integração de diversas frentes de atuação e a articulação com outros movimentos sociais."

Para obter um quadro mais completo, seria também importante considerar as limitações e desafios que a MNU enfrenta na sua mobilização, tais como dificuldades internas e repressão externa. Esta abordagem pode proporcionar uma perspectiva mais equilibrada sobre o impacto e a eficácia do movimento na promoção das mudanças desejadas."A mobilização social promovida pelo MNU foi um reflexo da capacidade do movimento de conectar suas demandas com as necessidades emergentes das comunidades negras em todo o Brasil" (BRAUNS, 2000, p. 61).

Gevanilda Santos é uma pesquisadora e acadêmica brasileira, com foco em estudos sobre movimentos sociais, questões de raça e gênero. A contribuição de Santos para este campo é significativa, especialmente no que diz respeito ao aprofundamento da compreensão das dinâmicas internas e externas dos movimentos sociais que buscam a justiça racial e social. “ A resistência do MNU não se restringiu às ações políticas e sociais, mas também à construção e afirmação da identidade negra como uma forma de resistência cultural e social." ( SANTOS 2000, p.22).

Compreender que a luta pela igualdade e pelos direitos não pode ser separada da luta pela identidade e pela cultura. A resiliência cultural e social desempenha um papel crucial na afirmação da dignidade e da autonomia das comunidades negras, ajudando a desafiar estereótipos, a promover a auto-estima e a reforçar a coesão comunitária.

Para Santos, "o papel das mulheres dentro do Movimento Negro Unificado foi crucial, pois elas desempenharam funções de liderança e organização, desafiando estereótipos e contribuindo significativamente para o avanço das pautas do movimento" (SANTOS, 2000, p. 48). Esta perspectiva é essencial para uma compreensão mais completa do MNU, pois revela a inter-relação entre raça e gênero no movimento e demonstra como as lutas pela igualdade racial e de gênero estão interligadas.

José Adão de Oliveira é um historiador e professor brasileiro conhecido por sua atuação no campo dos estudos afro-brasileiros, especialmente no que tange à educação e à história das relações raciais no Brasil. Seu trabalho é importante para a compreensão da dinâmica social e histórica que envolve a população negra no Brasil, e tem contribuído para a formação de professores e para a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, como a lei 10.639/2003. "As estratégias de luta do MNU foram moldadas pela necessidade de enfrentar o racismo estrutural e promover a equidade, utilizando desde ações de rua até a articulação política com instituições" OLIVEIRA (2000, p. 29).

Reflete a complexidade e o alcance das estratégias adotadas pelo Movimento Negro Unificado (MNU) para combater o racismo estrutural e promover a igualdade racial. De acordo com esta visão, a MNU entendeu que a luta contra o racismo requer uma abordagem multifacetada, incluindo mobilização popular e protestos de rua, bem como articulação política com instituições formais. "O impacto do MNU na política nacional pode ser observado na crescente inclusão de temas relacionados à igualdade racial nas agendas políticas e nas políticas públicas, fruto de sua persistente pressão e atuação." (OLIVEIRA, 2000, p. 75)

O sucesso da MNU em transformar suas questões em questões centrais do debate político, influenciando a formulação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. O impacto do movimento se manifesta em iniciativas como a implementação de ações afirmativas, a criação de secretarias e conselhos voltados para questões raciais e a inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares.

Nilma Lino Gomes é uma educadora, pesquisadora e professora brasileira, amplamente reconhecida por seu trabalho na área de educação, diversidade, e relações étnico-raciais. Gomes analisa como o movimento negro brasileiro desempenhou um papel crucial na construção e disseminação de conhecimentos que desafiaram o racismo e promoveram a emancipação negra. Segundo GOMES (2007, p. 22):

“O movimento negro se constitui como um movimento educador, porque ao lutar contra o racismo e a desigualdade racial, constrói e difunde saberes, práticas pedagógicas e modos de resistência que visam à emancipação do povo negro e à transformação da sociedade brasileira.”

Essas práticas pedagógicas desempenham papel fundamental na conscientização e formação crítica da comunidade negra e da sociedade como um todo, promovendo uma educação que busca a emancipação e o reconhecimento das contribuições e dos direitos das pessoas negras no Brasil. Além disso, o movimento atua como agente transformador ao desafiar e propor mudanças nas estruturas sociais e educacionais que perpetuam as desigualdades raciais. Para a autora “Educar, para o movimento negro, é um ato político que está diretamente ligado à luta por emancipação e por justiça social, tornando a educação um campo de disputa ideológica e de transformação social.” (GOMES, 2017, p. 33).

João Heitor Silva Macedo é um pesquisador e professor brasileiro, conhecido por sua atuação nas áreas de cultura, educação e ensino de história, com foco particular no combate ao racismo e nas questões relacionadas à implementação da Lei 10.639/03. Apesar dos desafios relacionados com a plena implementação da lei, a sua existência constitui um passo fundamental na promoção de uma educação antirracista, que valorize a identidade e a história dos afro-brasileiros e que respeite os princípios da igualdade e da justiça social. . É um sucesso que reforça o papel da educação como espaço de resistência e transformação social.

Conforme MACEDO ( 2021, p. 27 e 28) destaca:

“Os educadores se pautavam por um excessivo conteudismo que na prática se refletia em contradições, por deslocar o debate contra o racismo para a mera compilação de conteúdos, como um projeto diferenciado nas escolas. A questão do racismo era deslocada de seu foco e não se debatiam as questões necessárias para combater o racismo, como por exemplo, a negação da existêmcia de negros nas escolas. Desta observação começamos a perceber a necessidade de repensar o próprio ensino de História.”

Sugere, portanto, a urgência de repensar o ensino de história, propondo uma abordagem que vá além da simples transmissão de informações e que integre verdadeiramente o debate crítico e reflexivo sobre o racismo. Isto incluiu, por exemplo, problematizar a ausência histórica de negros nos currículos escolares e desafiar narrativas hegemónicas que marginalizam ou distorcem as experiências e contribuições negras para a sociedade. Em suma, precisamos de uma educação que não só informa, mas também transforma, criando áreas de consciência crítica e de ação anti-racista eficaz.

Segundo MACEDO ( 2014. p. 40):

“Dentre as observações também surgiu na narrativa do grupo a presença muito marcante de um universo semântico pejorativo, com a reprodução em sala de aula de expressões tais como: coisa de preto, a coisa ficou preta, além de nego..., sempre em tom de piadas, que vem com uma justificativa hipócrita, argumentando que isso faz parte da cultura.”

A presença destas expressões na sala de aula reflete a perpetuação de estereótipos racistas e a urgência de enfrentar e educar contra o racismo, promovendo um ambiente mais respeitoso e inclusivo. Sugere que é fundamental que as práticas educativas e culturais sejam revistas para eliminar tais comportamentos e promover uma educação que valorize e respeite verdadeiramente todas as identidades culturais e étnicas. Segundo MACEDO ( 2014, p. 40):

“Outra característica que ficou evidente nas visitações foi a negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe escolar. Quase nunca encontramos nas escolas diretores, coordenadores e gestores de escolas negros ou negras. Se junta a isso a ausência de parceiros como profissionais liberais, voluntários, advogados, médicos, palestrantes negros. Os alunos não dispõem de um referencial positivo para que os mesmos se motivem e busquem uma formação mais elevada, inspirada na carreira destes profissionais.”

O autor defende que, para promover uma educação eficaz e equitativa, é essencial rever as práticas que perpetuam a discriminação e os estereótipos e adotar uma abordagem que celebre e respeite a diversidade cultural e étnica.

1. **METODOLOGIA**

A pesquisa que será desenvolvida visa responder à questão central do estudo, relacionada à discussão da importância do Movimento Negro Unificado para a política educacional brasileira durante a elaboração da Constituição de 1988, explorando as nuances e a complexidade das estratégias do movimento e as demandas. Para a realização desta pesquisa será adquirida uma abordagem metodológica qualitativa, focada na análise documental e bibliográfica.

A metodologia qualitativa proporciona uma compreensão aprofundada das lutas do Movimento Negro Unificado (MNU) pela política educacional brasileira durante a elaboração da Constituição de 1988, explorando as nuances e complexidades das estratégias e demandas do movimento. Para tanto, projeta-se uma pesquisa de natureza qualitativa apoiada em uma pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa qualitativa, para Merriam (1998), envolve a obtenção de dados descritivos na perspectiva da investigação crítica ou interpretativa e estuda as relações humanas nos mais diversos ambientes, assim como a complexidade de um determinado fenômeno, a fim de decodificar e traduzir o sentido dos fatos e acontecimentos.

Nas palavras de Brandão (2001),

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (BRANDÃO, 2001, p.13).

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Segundo Pádua (1997, p.62 ):

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]

A pesquisa bibliográfica, um tipo de coleta de dados secundária, refere-se às

contribuições culturais ou científicas anteriores sobre um determinado assunto, tema ou problema que podem ser estudadas (LAKATOS & MARCONI, 2010). Segundo os autores Lakatos e Marconi (2001, p. 184), a pesquisa bibliográfica:

(...) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, etc. (...) sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Foram selecionadas quatro obras de quatro autores que serviram de base para esta pesquisa, são elas: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Ed.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). Movimento Negro Unificado: a resistência nas ruas. GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. MACEDO, João Heitor Silva. Cultura, educação e ensino de história. Combate ao racismo: narrativas sobre a lei 10.639/03.

1. **CRONOGRAMA**

*Quadro 1 – Cronograma para execução do projeto*

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | *Junho* | *Julho* | *Agosto* | *Setembro* |
| *Definição do Tema* |  *X* |  |  |  |
| *Delineamento dos referenciais teóricos* |  |  *X* |  |  |
| *Leitura e fichamento* |  |  *X*  |  |  |
| *Estruturação do Projeto* |  |  |  *X* |  |
| *Revisão* |  |  |  *X* |  |
| *Entrega* |  |  |  |  *X* |

*Fonte: autora, 2024.*

1. **REFERÊNCIAS**

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Ed.). *Histórias do movimento negro no Brasil:* depoimentos ao CPDOC. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). *Movimento Negro Unificado:* a resistência nas ruas. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador:* Saberes construídos nas lutas por emancipação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade*. Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO, João Heitor Silva. *Cultura, educação e ensino de história.* Combate ao racismo: narrativas sobre a lei 10.639/03. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

MERRIAM, Sharan B. *Pesquisa qualitativa e estudos de caso em educação*. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

PÁDUA, Elisabete Monteiro de. *Metodologia da pesquisa:* abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.